



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 122

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 122

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios..... 03

Indicações 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 07

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 10

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 11

Liderança do PT

Dep. Antonio Belinati 12

Dep. Ney Leprevost..... 13

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 16

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno..... 18

Liderança da Oposição

Dep. Marcelo Rangel 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 22

3ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 27

Encerramento da Sessão 27

Publicações:

Comissão Executiva

Atos..... 28

DIÁRIO Nº 122

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

01 DE OUTUBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Reni

Pereira e Ribas Carli Filho (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 5375/PRES do Sr. Rafael Greca de Macedo - Presidente da COHAPAR, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Douglas Fabrício, que pede esclarecimentos sobre a quantidade de unidades habitacionais novas que foram criadas nos municípios do Paraná nos anos de 2002 a 2006. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 529/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que pede esclarecimentos em relação ao trecho da estrada da liberdade que liga o município de Jaguariaíva ao município de Wenceslau Braz. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 142/07

Curitiba, em 24 de setembro de 2007.

Senhor Secretário:

Como Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, solicito a V. Exa. autorizar a compra de 2 (duas) diárias e 4 (quatro) passagens aéreas em nome da professora Patrícia Corsino, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Sr. Luis Araújo, de Brasília/DF, Assessor Parlamentar do Senador José Néri (PSOL/PA).

Ambos os profissionais foram convidados a participar do Seminário Paranaense de Educação Infantil agendado para o dia 19 de outubro próximo, a realizar-se no plenário desta Casa, proposto pela Comissão de Educação em parceria com o Movimento Interfóruns de Edu-

cação Infantil do Brasil (MIEIB) com representação no estado; com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) do Paraná e o Gabinete do Deputado Pedro Ivo (PT).

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

(a) PÉRICLES DE MELLO

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 01 de outubro de 2007.

Senhor Presidente:

Solicito o encaminhamento à Mesa Executiva, para justificar ausência do Parlamentar que assina, nas Sessões Plenárias realizadas nos dias 25 e 26 de setembro do ano corrente.

(a) FÁBIO CAMARGO

OFÍCIO S/N

Londrina, em 20 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Acompanhando o sofrimento dos pacientes portadores de doenças graves, pela falta de distribuição dos medicamentos excepcionais de alto custo por parte do estado, bem como a posição do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador J. Vidal Coelho, que vem suspendendo as liminares favoráveis concedidas pelos Juízes de Londrina, por iniciativa do Ministério Público, alegando grave lesão à ordem e à economia do estado, desrespeitando assim, o artigo 196 da Constituição Federal que dispõe:

A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nós entidades e pacientes abaixo assinados, vimos solicitar a V. Sa. apoio no sentido de garantir a imediata liberação dos medicamentos excepcionais de alto custo, comprovadamente eficazes e necessários para a preservação da vida, dos pacientes.

(aa) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS - OAB - LONDRINA, MINISTÉRIO PÚBLICO PARANÁ, CÂMARA DE VEREADORES DE LONDRINA, REPRESENTANTE DA IGREJA CATÓLICA, REPRESENTANTE DAS IGREJAS EVANGÉLICAS, CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E CULTURAIS - ERNESTO CHEGUEVARA, REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE LONDRINA, REPRESENTANTE DOS CONSELHOS REGIONAIS DE SAÚDE, REPRESENTANTE DOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES, REPRESENTANTE DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES E ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Indicações

INDICAÇÃO Nº 310/07

SÚMULA:

Sugere a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Julieta Alves Soares.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Julieta Alves Soares.

II - Estamos apresentando a presente indicação atendendo pedido da Prefeitura do município de Jussara.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 311/07

SÚMULA:

Sugere a construção da cobertura e ampliação de 4 (quatro) salas de aula da Escola Julieta Alves Soares.

Ao Exmo. Sr. Governador.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a construção da cobertura e ampliação de 4 (quatro) salas de aula da Escola Julieta Alves Soares.

II - Estamos apresentando a presente indicação atendendo pedido da Prefeitura do município de Jussara.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 312/07

SÚMULA:

Propõe ao DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes a instalação de redutor de velocidade no trecho da BR-487, rodovia que liga Campo Mourão e Iretama no cruzamento com a PR-549 no município de Campo Mourão.

Sr. Presidente do DNIT.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A instalação de redutor de velocidade no trecho da BR-487, rodovia que liga Campo Mourão e Iretama no cruzamento com a PR-549, próximo a via de acesso a Luiziana.

II - O cruzamento destas duas estradas tem ceifado a vida de muitas pessoas. O trecho é constantemente palco de acidentes horríveis. Neste final de semana um terrível acidente neste trevo de acesso a Luiziana envolvendo um Escort de Campo Mourão e uma picape Ford do município de Reserva vitimou 5 (cinco) pessoas.

III - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná,

reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

IV - A construção de redutor de velocidade, como pretendido, reduzirá significativamente o número de acidentes naquele trevo beneficiando toda a região.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Orcílio Tonim, ocorrido no dia 28 de setembro de 2007, no município de Santa Tereza do Oeste/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Ideraldo Tonim, enviando correspondência à Av. Paraná, 490, Centro - Santa Tereza do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Orcílio Tonim deixou consternada a população de Santa Tereza do Oeste. Orcílio, como era carinhosamente chamado por todos, deixou uma marca profunda que dificilmente será esquecida em Santa Tereza do Oeste. O seu falecimento abre uma coluna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar seqüência.

O Sr. Orcílio soube em vida cativar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na Terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares do Sr. Orcílio Tonim, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora, mais do que nunca, as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

Aceitem nossos sinceros sentimentos.

REQUERIMENTO Nº 2909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Leite, ocorrido no dia 26 passado.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Anastácia Kolosviski, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 2924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia 30 de setembro de 2007, da Sra. Anastácia Kozlowski, mãe da Vereadora Alina de Almeida Cesar, sogra do ex-Deputado e atual Presidente da Paraná Florestas, Djalma de Almeida Cesar, muito amada e admirada por seus parentes e amigos.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. Sabáudia, 874 - Vila Isabel, CEP: 84071-020, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2919

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à jogadora de futebol feminino Renata Costa, enviando-lhe voto de congratulações em razão da conquista do vice-campeonato mundial, realizado na China, com votos extensivos a todas as jogadoras e equipe técnica.

Essas mulheres e equipe técnica, mesmo sem apoio da CBF, conquistaram esse vice-campeonato. Elas sequer têm uniforme próprio, usam os uniformes da seleção masculina, pois são observadas as estrelas dos campeonatos conquistados pelo time masculino.

Renata Costa é a capitã da seleção brasileira. Nascida em Assaí, no interior do estado, foi revelada no município de Maringá.

Atualmente joga no Botucatu, em São Paulo.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações a Wall Barrionuevo, pela realização do Concurso Miss Paraná Teen e Miss Maringá, neste último domingo, dia 30 de setembro de 2007, na cidade de Maringá, pela organização e pelo brilho do evento.

Foi uma festa social que merece destaque, pois ofereceu momento de euforia para o público presente ao evento.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2932

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que firma o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER a esta Casa, após decisão do plenário, que sejam consignadas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Parlamento às Sras. Paola Piovesan e Evelin Piovesan, da cidade de Palotina, neste estado, pela inauguração da unidade CDI Palotina, no último dia 28 de setembro, ao tempo em que se formula sinceros votos de largo sucesso com o novo empreendimento.

Do aprovado, requer o Parlamentar requerente, que seja dada ciência às duas sócias-proprietárias antes nominadas, via correspondência, a ser encaminhada à R. 21 de Abril, 1060 - CEP: 85950-000 Palotina/PR.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2914

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Dra. Marcia Caldas Vellozo Machado.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Márcia Caldas Vellozo Machado, Presidente da Comissão da Criança e Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da comunidade paranaense.

Nesta ocasião destacamos a realização do 1º Seminário Internacional de Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes.

REQUERIMENTO Nº 2911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de moção de apoio a indicação da Diretora de Relações Institucionais do Hospital Pequeno Príncipe, Ety Cristina Forte Carneiro, para receber o 4º Prêmio As Mulheres mais Influentes do Brasil, da Revista Forbes Brasil, na categoria Terceiro Setor,

motivado pelo trabalho da gestora como liderança para a garantia à saúde e direito das crianças e adolescentes.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente ao Espaço Mulheres Executivas - Espaço Empreendedor, no endereço: R. Buenos Aires, 444, conjunto 41, Batel - CEP: 80250-070 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Formada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná, Ety Cristina Forte Carneiro possui MBA em Marketing pelo ISAE/FGV. Em 2000, migrou para a área de saúde, assumindo a Diretoria de Relações Institucionais do Hospital Pequeno Príncipe, entidade filantrópica sem fins lucrativos, em Curitiba/Paraná, com a qual manteve proximidade em toda sua trajetória. Na função, atua intensamente pela garantia dos direitos da criança e do adolescente, o que levou a participar de instâncias de debate nacionais e internacionais (Cúpula Mundial da Família + 2/ONU), influenciando políticas públicas.

Foi Presidente no ano de 2004 e Vice-Presidente em 2005 e é atual Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná, onde liderou a criação de um banco de projetos que viabilizou a proposição de dezenas de ações sociais de organizações paranaenses, beneficiando um público estimado de mais de 100 mil pessoas. Presidente da Associação de Pais e Amigos das Crianças Portadoras de Mielomeningocele, integra o Conselho Superior do Conselho Paranaense Empresarial da Federação das Indústrias do Paraná.

A atuação de Ety Cristina no Hospital Pequeno Príncipe, entidade sem fins lucrativos consolidada entre os maiores hospitais pediátricos do país, trouxe uma nova realidade para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes que necessitam de tratamento de saúde e para o estímulo ao envolvimento da sociedade na transformação de seu meio.

Seu trabalho como Diretora de Relações Institucionais no Hospital Pequeno Príncipe, disponibiliza 70% dos atendimentos ao Sistema Único de Saúde, portanto a um público majoritariamente de baixa renda, interfere no cotidiano de milhares de famílias, tornando-a um importante agente do terceiro setor no Brasil.

Por trás de ações lideradas por ela - ampliação do número de leitos pediátricos, apoio à inserção qualificada de acompanhantes de baixa renda de pacientes internados, promoção da educação, prevenção de doenças e da violência infantil - está à mobilização dos diversos atores da sociedade para a modificação da nossa sociedade, postura que ainda precisa ser aprimorada na cultura brasileira.

De 2000 para 2006, a captação de recursos financeiros cresceu 43 vezes, promovendo o apoio a projetos replicáveis e focados em resultados. A sua intervenção

torna realidade a disponibilidade de novos 4 andares no hospital, permitindo mais 6 mil internamentos/ano. Em virtude da crescente demanda, a gestora idealizou e lidera a ampliação do hospital, que tem toda a obra construída e um dos andares já em operação. Anualmente, o Pequeno Príncipe oferece tratamento de média e alta complexidade para mais de 200 mil crianças (em 2006, foram 224 mil atendimentos ambulatoriais, 23 mil 508 internações e 14 mil 488 cirurgias).

Além de um corpo médico de alta qualidade que busca permanentemente a excelência em saúde, o hospital trabalha com algumas das mais sofisticadas e modernas técnicas diagnósticas, contando com equipamentos e tecnologia de ponta. Também conta com serviço de preservação a doenças, dispondo de um completo Centro de Vacinas, que tem a mesma filosofia e política de qualidade do Hospital Pequeno Príncipe.

Tendo vivido recentemente uma experiência pessoal, quando minha filha teve que ficar internada no Hospital Pequeno Príncipe, pude constatar o maravilhoso trabalho desenvolvido pela Diretora de Relações Institucionais do Hospital Pequeno Príncipe, que humanizou todo tipo de atendimento, tornando-o o mais eficiente hospital pediátrico do Brasil. Sendo assim, encaminhamos a merecida moção de apoio a Ety Cristina Forte Carneiro, para receber o 4º Prêmio As Mulheres mais Influentes do Brasil, da revista Forbes Brasil, na categoria Terceiro Setor.

REQUERIMENTO Nº 2916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência providências em relação a sinalização necessária (olho de gato) na rodovia PR-151, no trecho que liga o município de Ponta Grossa ao município de Palmeira.

Tal solicitação prende-se ao fato de estarem acontecendo vários acidentes fatais nesse trecho, que necessita urgentemente de uma melhor sinalização.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal dos municípios de Ponta Grossa e Palmeira.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência a pavimentação asfáltica para o distrito industrial no município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e para os ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente para o Ministério da Defesa; para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; para a Sessão de Aviação Civil do Aeroporto de Maringá; solicitando informações sobre as responsabilidades do funcionamento do estacionamento de veículos do Aeroporto Regional Silvio Nami Júnior, de Maringá, onde foi instalada uma cancela para controle desses veículos, e, onde foi estabelecido o tempo de 15 minutos para que os veículos que por ali circulam permaneçam no local. Findo esse tempo é cobrada uma taxa de permanência desses veículos, seja qual for a razão de sua estada naquele espaço.

A preocupação deste Parlamentar é que por se tratar de um espaço público, a colocação de uma cancela é, se não ilegal, no mínimo é imoral.

Essa cancela, já apelidada pelos maringaenses de pedágio, está sendo explorada pela empresa Ingá Tur.

As informações solicitadas são:

- 1) qual é a legalidade dessa cobrança e se existe uma legislação específica municipal, estadual ou federal? (Número da lei, data e publicação no DO);
- 2) a possibilidade de se obter acesso a uma cópia do edital de licitação ou concorrência;
- 3) número, quando e onde foi publicado o edital da licitação.

Diante desse fato, este Parlamentar requer sejam tomadas as urgentes providências para os devidos esclarecimentos.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente para a Superintendência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais - IBAMA, e, Instituto Ambiental do Paraná, solicitando autorização para a captura de pombas domésticas (Columbia lívia), principalmente em Maringá, onde essas pombas estão se tornando verdadeira praga urbana.

As pombas domésticas são consideradas uma praga urbana, porque causam prejuízos patrimoniais e à saúde das pessoas. O contato com as fezes, por exemplo, pode causar problemas respiratórios e renais. Devido à composição química, as fezes das pombas podem provocar corrosão de superfícies de alvenaria e metal e o apo-

drecimento de madeiras. O outro problema são os parasitas naturais (piolhos) que podem causar alegrias e outros incômodos.

O problema em Maringá é tão sério que a Santa Casa de Misericórdia quer remover esses animais, pois os pacientes daquele nosocômio estão correndo risco de contaminação de doenças em razão do excesso dessas pombas no local.

Este Parlamentar defende, também que o IBAMA e o IAP organizem um programa de manejo e controle da pomba amargosa - assim chamada popularmente - que além de estarem prejudicando as plantações na zona rural comendo as sementes lançadas no solo, ainda representam um risco para as aeronaves que sobrevoam Maringá.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações a Sra. Lygia Lumina Puppato - Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para informar as questões abaixo:

- 1) Foi instalada uma comissão para elaborar estudos em relação a retomada das atividades do curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa?
- 2) Quantos membros participam desta comissão de estudos?
- 3) Quais são as pessoas indicadas para compor esta comissão de estudos?
- 4) Qual o prazo para apresentação do relatório final?
- 5) Foi concluído o relatório final? Enviar xerocópia do referido.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 700/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniaçú - AMSG, com sede e foro no município de Guaraniaçú, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Municipal de Suinocultores de Guaraniaçú - AMSG, fundada em 10 de junho de

1985, sem fins lucrativos, vem representando e defendendo os interesses dos criadores de suínos no terreno técnico, social, econômico e político, colaborando com o aperfeiçoamento e melhoramento zootécnico, no Serviço de Registro Genealógico e Provas Zootécnicas de interesse do Programa de Melhoramento do Estado, na região.

Atendendo mais de 120 (cento e vinte) sócios de pequeno porte, a AMSEG vem auxiliando nas importações, exportações e apoio à comercialização que interessem seus associados, bem como, divulgando técnicas atualizadas de criação de suínos com base em resultados de pesquisa e experimentação.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito civil, inscrita no CNPJ - sob nº 80.881.519/0001-65, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que, solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 701/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Espaço Jovem Evolução - de Cornélio Procópio, com sede e foro no município Cornélio Procópio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Espaço Jovem Evolução - de Cornélio Procópio, é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo promover assistência ao menor carente, ajudando a integração social da família; a promoção, na medida de suas possibilidades, da educação gratuita e a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Constituída em 07 de setembro de 2002, portanto há mais de 5 anos, já recebeu o reconhecimento público do município, através da Lei Municipal nº 370/03, pelas atividades já desenvolvidas.

Para que o Espaço Jovem Evolução possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário, também, que esta Assembleia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 702/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Colégio Estadual Renascença Padre José Júnior Vicente - Ensino Fundamental e Médio, o atual Colégio Estadual de Renascença, localizado no município de Renascença.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com objetivo de denominar o estabelecimento escolar localizado no município de Renascença, de Colégio Estadual Renascença Padre José Junior Vicente - Ensino Fundamental e Médio, atendendo a solicitação da Câmara de Veradores de Renascença, que objetiva homenagear um dos pioneiros de Renascença e pessoa muito querida da comunidade local, que teve, também, relevante importância na vida daquela cidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 703/07

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 35 da Lei nº 15608, de 16 de agosto de 2007, parágrafo 5º, conforme redação que segue:

“Art. 35.

...

§ 5º Não se caracteriza como caso de emergência, de que trata o inciso IV do artigo 34, o término do prazo previsto em contrato para prestação de serviços ou para o fornecimento de bens.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROS-
SONI e ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Lei das Licitações, editada recentemente neste estado, em consonância com a lei nacional que rege esta matéria, é bastante clara no que respeita as hipóteses que justificam a dispensa de licitação sob o argumento da emergência ou urgência, com objetivo de não prejudicar a continuidade da prestação dos serviços públicos.

Não obstante, têm ocorrido contratações sob esse argumento, e mais gravosamente ainda, sem ao menos o cumprimento das formalidades, as quais deve ser submetido o procedimento excepcional assim caracterizado.

Tais formalidades condicionantes da contratação emergencial estão estabelecidas no artigo 35 da Lei nº 15608/07.

Assim, necessário estabelecer taxativamente que o término de qualquer contrato por decurso do prazo estabelecido, não caracteriza emergência/urgência.

Isto porque os prazos inicial e final do contrato foram estipulados no momento da sua formalização e, como é óbvio, foram dados a conhecer à autoridade que o firmou e que é responsável, sempre que necessário, pela sua renovação ou nova contratação, em tempo hábil a não causar solução de continuidade na prestação do serviço ou do fornecimento de bens à administração pública, sob pena de responder pelos prejuízos que venham a ocorrer.

PROJETO DE LEI Nº 704/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Destinação e Recolhimento do Óleo Vegetal, utilizado ou não em frituras de alimentos nos órgãos públicos do estado.

Parágrafo Único. Para efeitos desta lei, entende-se por óleo vegetal:

I - gordura vegetal hidrogenada;

II - óleo vegetais de qualquer espécie estipulados pelo fabricante.

Art. 2º O objetivo da presente lei é diminuir ao máximo o lançamento de óleo vegetal nos encanamentos que ligam a rede coletora de esgoto, fossa séptica ou qualquer outro equivalente no estado do Paraná.

Art. 3º O Poder executivo deverá estabelecer normas específicas para o controle de emissão deste poluente, devendo o mesmo, através de campanhas educativas, determinar e direcionar o uso do óleo para o meio ambiente.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem como objetivo diminuir ao máximo o lançamento de óleo vegetal nos encanamentos que ligam a rede coletora de esgoto, fossa séptica ou qualquer outro equivalente no estado do Paraná.

A questão do lixo está se tornando um dos problemas mais graves da atualidade e a reciclagem é uma forma importante de gerenciamento de resíduos, pois transforma o lixo em insumos, com diversas vantagens ambientais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 705/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1545, de 31 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de lei promulgada no início de 2007, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que visa impor ao Poder Executivo a divulgação dos custos de propaganda realizados.

O texto da Lei nº 1545/07 já esta contemplado na Lei de Responsabilidade Fiscal, obrigando o Poder Executivo a publicar seus relatórios de gastos, inclusive disponibilizando-o na internet.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 706/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira Tomonokai - ACENB com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira Tomonokai - ACENB, foi constituída como associação civil, sem fins lucrativos, não tendo caráter político partidário, religioso ou racial e seus Diretores ou Conselheiros não serão remunerados e se rege pelos estatutos próprios e pela legislação específica, conforme registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, 1º Ofício, Pessoas Jurídicas da Comarca de Londrina. A Associação tem sede e foro na cidade, município e comarca de

Londrina, estado do Paraná, na R. Castanheira, 696, no Jardim Leonor, CEP 86071-140, telefone (43) 3328-5797.

Está devidamente registrada como lei de utilidade pública municipal, conforme a Lei nº 9691, de 29 de dezembro de 2004.

Suas finalidades estatutárias são: 1) discutir, colaborar e decidir sobre as ações culturais, esportivas e sociais para a integração da família sociedade; 2) representar os reais interesses da família junto à associação, promovendo atividades sócio-culturais, educativas, desportivas e de lazer, contribuindo dessa forma, para a interação; 3) proporcionar palestras, grupos de estudos, reuniões, incrementar a música junto à comunidade nipo-brasileira e praticar a filantropia.

Por essas razões, buscamos o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Ney Leprevost.

O Deputado não se encontra em Plenário.

Horário das Lideranças:

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PTB, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Estou vindo neste momento, como todos os dias o faço, da nossa querida Ponta Grossa, às 11h da manhã inauguramos 11 leitos de UTI que já estão funcionando, e agora à tarde estão recebendo as primeiras pessoas, lá no Hospital Municipal de Ponta Grossa.

O Dr. Gilberto esteve lá, dando posse, Deputado Romanelli, ao novo Chefe da Regional de Saúde, Dr. Adroaldo Araújo, em dentista, conceituado, político, que foi Vereador, um homem que tem muita experiência. Exatamente neste dia também se inauguram 11 leitos de UTI e só não foi inaugurado o 12º, que o estado colocou à disposição da Prefeitura, pelo fato de que não havia lugar, Dr. Batista, na colocação do 2º leito, que é o leito especial de isolamento. No dia de hoje, como havia sido dito aqui, mas 11 leitos de UTI foram colocados no município de Ponta Grossa, Deputado Dobrandino. Uma maravilha! Modernos, bem feitos, estão dentro do hospital municipal, onde a Prefeitura Municipal, que tem a sua parte - é importante dizer isso - licitou a parte médica, vai pagar os médicos e administrá-lo a partir de hoje. O estado cedeu o equipamento e vai ajudar na manutenção, em uma parceria perfeita: estado e município.

Quero fazer esse registro. O Deputado Péricles, que neste momento também está aqui, esteve presente, hoje, neste dia importantíssimo da era da saúde de Ponta Grossa. Passamos para aproximadamente 60 leitos de UTI, só na região de Ponta Grossa. Nos próximos dias, a Prefeitura termina também a licitação da empresa que vai tocar o Hospital da Criança e aí teremos, sem dúvida, mais uma vez, a presença de mais um grande investimento na saúde de Ponta Grossa.

Na semana passada estive no hospital regional. Ele está na quinta laje.

o Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Jocelito, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Eu queria, se me permite, Deputado Jocelito, já interferindo no seu pronunciamento, registrar com satisfação aquilo que há meses estamos neste Plenário tratando, que é o caso específico da saúde pública do progressista município de Ponta Grossa. Não só Ponta Grossa, mas de toda a região.

Eu vejo V. Exa. subir à tribuna e fazer este relato. V. Exa., que nos momentos em que criticava a atuação do Governo dizia: "Olha, pode se falar tudo, mas temos que reconhecer que as coisas estão encaminhando" E quero dizer, tanto a interferência de V. Exa. quanto a do Deputado Péricles foi muito oportuna. Recentemente estas coisas, no relacionamento que V. Exas. têm diretamente com o Governador Requião, fizemos bons encaminhamentos e este relato que V. Exa. faz, fico muito feliz de saber que as 11 UTIs novas estão funcionando ...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

A disposição de qualquer maluco que não passe bem lá em Ponta Grossa, porque tem alguns malucos lá também.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Os malucos, naturalmente, temos outro tipo de tratamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Está à disposição lá também.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Mas quero parabenizar V. Exa. e especialmente, é claro, ao Secretário Cláudio Xavier, ao Dr. Gilberto Martins, enfim, dizer que com certeza o novo Chefe da Regional de Saúde, o Dr. Adroaldo, uma pessoa capaz, vai fazer uma gestão da área de saúde, a nível de execução importante, vai fazer essa interlocução com os hospitais filantrópicos e, com certeza absoluta, ainda vamos ter muito que nos orgulhar da saúde pública do município de Ponta Grossa.

Por isto, parabéns a V. Exa. por fazer este pronunciamento.

O Sr. Dr. Batista (PMN)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero parabenizar o discurso de V. Exa., sabendo da preocupação que o Deputado Jocelito Canto tem com a saúde e tem com as criancinhas, principalmente.

Quando eu vi o senhor aí nessa mesma tribuna, falando em voz alta, aquele sacrifício que V. Exa. fez, tirando dos seus vencimentos um cheque de R\$ 10 mil para salvar uma criancinha, com isto eu fiquei muito feliz, muito feliz, e sempre gostei de acompanhar o discurso de V. Exa. de perto, sabendo que V. Exa. fala com o coração, V. Exa. fala com a alma. Agora, com 11 UTIs montadas na cidade de Ponta Grossa e V. Exa. com este trabalho árduo que faz, com certeza Ponta Grossa está ganhando e está ganhando também com o trabalho de V. Exa. que é brilhante.

Muito obrigado pelo aparte e continue assim, preocupado com a saúde, que o senhor sabe o quanto custa uma vida.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Batista, V. Exa. que é médico sabe daquilo que estamos falando.

Então, Deputado Péricles, temos que comemorar hoje, Deputado Dobrandino, mais 11 leitos de UTI. Tive a satisfação de subir no 5º andar do hospital regional esta semana, estamos felizes, claro que a saúde ainda não está perfeita, algumas coisas precisam continuar evoluindo e as coisas haverão de evoluir na sequência, mas estamos felizes de ver hoje instalados, e estes leitos, Deputado Péricles, vêm do ano passado, antes mesmo da eleição havia um compromisso do Governo de colocar mais leitos que ainda estão sendo colocados, mais 4 na Santa Casa, mais 12 leitos no Hospital da Criança, que estão em fase de serem colocados.

Então, estamos vivendo aquilo que atrasou em função da burocracia e que nos machucou um pouco. E aquilo que foi prometido ano passado está sendo cumprido aos poucos. Os 11 leitos hoje no hospital municipal, na sequência vamos ter mais 12 no Hospital da Criança, mais 4 na Santa Casa e mais 5 leitos no Hospital Bom Jesus - devemos chegar na sequência a 85 leitos de UTI só em Ponta Grossa, sem contar, Deputado Dobrandino, que na sequência o hospital regional terá 30 leitos de UTI no final do próximo ano. Para quem tinha 17 leitos de UTI é um avanço impressionante! Claro que tem mais coisa para fazer e haveremos de continuar fazendo. Vamos continuar trabalhando. E agradecer aqui ao Dr. Gilberto, ao Dr. Xavier, que muitas vezes criticamos aqui também, quando demorou, mas temos certeza que as coisas estão no caminho certo.

Ao mesmo tempo temos que agradecer também ao Governador, que entendeu aquele clamor que fizemos desde o ano passado, desde antes das eleições, pedindo a ele que era preciso colocar mais leitos de UTI. Os leitos

estão estabelecidos agora e ficamos muito felizes com isto.

E o novo Chefe da Regional, Dr. Adroaldo, haverá de fazer um grande trabalho. Já está fazendo e muitas coisas boas vão acontecer na saúde de Ponta Grossa, podem ter certeza.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PPS, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente só trazer uma notícia, uma notícia muito triste: ontem à tarde, no trevo de Luiziania a Campo Mourão morreram 5 pessoas num acidente. Estamos protocolando um requerimento pedindo que o DNIT, como é rodovia federal, tome providências em melhor sinalizar aquele trecho, colocando redutores de velocidade para que possamos evitar acidentes. Várias vezes, Sr. Presidente, aconteceram acidentes naquela rodovia, matando pessoas. Ontem, infelizmente, foram 5 pessoas e lamentamos muito esse acidente.

E falando, infelizmente, em acidente, eu um dia desses estava vendo os jornais e vários jornais divulgaram a questão com relação a PETROBRAS e os pescadores. Tomei a liberdade de escrever porque eu gostaria de deixar registrado nesta Casa, é um tema muito importante em que a gigante PETROBRAS poderia dar atenção aos pequeninos pescadores.

(Lê):

“Não é de hoje que a pesca predatória é apontada como o grande carrasco do pescador do nosso litoral, assim como dos estados vizinhos. A fartura que sustentou gerações e gerações durante 500 anos foi, aos poucos, diminuindo por causa da pesca sem qualquer cuidado.

Não bastasse a lição que aprendemos da pior maneira, por não cuidar da natureza como deveríamos, pescadores do litoral do Paraná, quase desprovidos de tudo, têm que enfrentar ainda a maior empresa brasileira para tentar - eu disse tentar - receber o que é seu de fato. É o pior, uma empresa estatal num Governo que se diz a favor dos pobres.

Senhores, a Petrobras está deixando rolar na Justiça um pedido de indenização dos mais pobres dos pescadores artesanais do Paraná, aquele pescador que tira o peixe pra comer a cada dia; um pescador que sempre teve pouco, mas agora praticamente de nada.

Ao bote de Evo Morales, quando nacionalizou os altos investimentos da Petrobras na Bolívia, apoiado por Hugo Chavez, o amigo de Lula, a Petrobras não impôs barreiras. Perdemos dinheiro na Bolívia, e não foi pouco. Aliás, um dinheiro que saiu diretamente do nosso bolso,

pagando um dos combustíveis mais caros do mundo, para fazer a Petrobras crescer.

Pois ela cresceu e ficamos até orgulhosos dela, não pelo crescimento econômico em si, mas pelo desenvolvimento de tecnologia que patrocinou, reconhecida até pelos países mais ricos. A Petrobras cresceu e foi investir na Bolívia, na Venezuela... E lá ficou parte de seus bens, expropriados, ou nacionalizados, por esse países.

Mas dizem, tudo se faz pelo bom relacionamento com os vizinhos. Um bom relacionamento que não interessa manter com o pescador mais pobrezinho do nosso litoral. Afinal, o que ele pode fazer contra a gigante do petróleo?

E agora choram pelo óleo derramado. Em fevereiro de 2001, 50 mil litros de óleo diesel vazaram do oleoduto que desce a Serra do Mar, ligando a Refinaria de Araucária ao Porto de Paranaguá. O óleo alcançou quatro rios que deságuam na baía de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba. Toneladas de peixes morreram e a pesca foi proibida por seis meses.

Aí você está autorizado a imaginar que, passado este tempo, o pescador pode novamente cuidar de sua vida. Engano. A pesca nunca mais foi a mesma. Era pouca antes do desastre ecológico; ficou menor ainda depois. Nunca sai do mar o suficiente pra matar a fome de toda a família.

São mais de cinco mil processos, e a Petrobras já perdeu em primeira instância.

Porque esperar mais? O acidente aconteceu, os pescadores foram prejudicados. Não há quaesquer dúvida a respeito. Porque esperar pela decisão da lenta Justiça brasileira em todas as suas instâncias? É fácil de explicar - o pescador, mesmo formando um grupo de mais de cinco mil, não ameaça ninguém. Aliás, é de surpreender que tenha sido notícia em jornal, passados seis anos da tragédia.

Agora façamos um exercício de...Digamos que a Petrobras não tivesse qualquer responsabilidade sobre a miséria dos pescadores. Ainda assim seria de esperar a realização de projeto social para amparar e dar um rumo a uma população que está dentro de sua esfera de influência.

Os pescadores protestaram contra a posição da Petrobras. "Mesmo reconhecendo erros no acidente da Serra do Mar, a Petrobras não realizou a indenização de pescadores da região ou tentou um acordo", afirma o Presidente da Federação das Colônias de Pescadores do Paraná, Edmir Manoel Ferreira."

Imaginamos que quando envolve a Petrobras, Evo Morales, Hugo Chávez, eles vão à tribuna, eles brigam e conseguem tomar aquilo que é o nosso dinheiro, que está lá investido. Agora o pequenininho, o pescador, que a própria Petrobras derrama óleo, enfim, vive poluindo os nossos mares e contra o pescador, ela é a gigante, ela é a forte, ela briga. O pequenininho não tem vez.

Pois bem, Deputado Elio Rusch, estamos falando da Gigante Petrobras da Refinaria de Araucária, que dias

desses foi aqui parabenizada com voto de louvor dos Deputados proposto pela Deputada Rosane. E agora precisamos que a Petrobras olhe para os pequenos pescadores.

Estou fazendo este relato que já foi divulgado pela mídia e também na Câmara Federal pelo Deputado Gustavo Fruet, mas esta Casa precisa se manifestar num caso deste. Nós Deputados, todos devemos priorizar os mais pobres, os mais humildes. Num caso desses a Petrobras vai arrolar na Justiça, se quiser em outras instâncias, e vai prejudicar a vida dos pescadores. Lá com Evo Morales, com Hugo Chávez não foi desse jeito.

Quero que fique esse registro. Agradeço a oportunidade e peço o apoio de todos os Deputados com relação a este caso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário do PP, concedo a palavra ao Sr. Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje se comemora em todo planeta Terra o Dia Internacional do Idoso. Ocupo a tribuna para render homenagem a todos os idosos e idosas do Paraná e do Brasil. E ao mesmo tempo em que enaltecemos a beleza desta data em homenagem a quem já dedicou quase toda sua vida no trabalho, na criação dos filhos, na formação de sua família, é também um momento para fazermos uma reflexão a respeito da lamentável discriminação que ainda existe. Eu diria até não só contra os idosos, hoje está de um jeito que não basta apenas ser velho ou idoso para ser discriminado e as portas se fecharem quando se procura um emprego. Tenho visto casos no nosso Paraná de pessoas que com 38, 40, 45 anos de idade perdem o emprego, a empresa quebrou, a empresa pediu concordata, a empresa reduziu a postos de trabalho ou resolveu demitir o funcionário para colocar funcionário mais novo, que ainda não tenha experiência. Aqui no nosso Paraná é proibido ter mais de 40 anos de idade, porque não acha emprego. De vez em quando tem até concurso público que, vergonhosamente, discrimina pessoas com 40, 45 anos de idade. Já teve um concurso numa certa ocasião para preenchimento de vagas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal que não poderia ter mais que 21 ou mais que 23 anos de idade.

Ora Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos países modernos, nos países ricos de primeiro mundo leva-se muito em conta o fator experiência. E muitas vezes ou quase sempre a experiência se adquire e vai se consolidando com o passar dos anos. Me recordo um dia numa loja em Nova Iorque, perguntei para uma balconista a sua

idade. Ela me disse: “Esta semana estou completando 65 anos de idade e vou me aposentar com 35 anos de trabalho nesta loja.”

No Brasil procuramos nos shoppings, só tem mocinhas novas, rapazes novos. O nosso respeito ao jovem que precisa de emprego. Não estamos aqui para dizer que não tem que dar emprego ao jovem. Você vai aos bancos particulares e na medida que o Gerente vai ficando com mais idade eles mandam embora; à medida que o caixa vai branqueando o cabelo ele é demitido, perde o emprego; o atendente, o bancário de modo geral. É na loja, é na indústria, eu diria ao nosso valoroso comitê de imprensa, formado por gente tão qualificada que cobre as Sessões da Assembléia Legislativa, até na nossa imprensa. Se pegarmos a Rede Globo, a Record, o SBT, a Rede Bandeirantes, poucos apresentadores têm o cabelo branco. Poucos sobrevivem. É um tal de trocar, inclusive nos noticiários regionais. Aqueles que escrevem as notícias, se olharmos as redações dos jornais, vamos nos deparar com um cenário em que as pessoas de idade também têm pouca ou quase nada, oportunidade zero de trabalho.

Portanto, no Dia Internacional do Idoso, lamentando o tratamento que maus empresários dão aos seus funcionários e suas funcionárias, não respeitando a idade, pelo contrário, usando a idade para demitir, apesar de muitos falarem que não estão demitindo porque acham que o funcionário já está velho, mas queremos também, paralelamente com essa discriminação - e V. Exa. também Deputado Dobrandino, se for procurar emprego na loja, também não vai arrumar, não. É discriminado pela idade. A partir de uma certa idade não vai conseguir emprego pela idade. As portas se fecham - e ao lado dessa discriminação desumana, temos o retrato triste de filhos e filhas que foram criados com tanto amor, quantas noites a mãe passou a noite acordada medindo a febre da criança, cuidando da gripe, da diarreia, de uma doença da criança, do filho ou da filha. Mãe e pai que dedicaram o melhor de si na educação, na criação dos filhos, mas quando esses pais atingem a velhice muitos são jogados nos asilos, muitos são esquecidos pelos filhos que eles criaram com tanto amor.

Ainda hoje tem a reportagem muito bem feita da Gazeta do Povo, mostrando que 40% dos idosos que estão nos asilos estão abandonados pela filha, pelo filho, não dão um telefonema, passam, 2, 3, 5 anos, nunca mais voltam para visitar o pai ou a mãe, de idade. Mas não é só quem está no asilo, não! Tem idoso que está em casa, solitário, depressivo, triste, porque passa muitos anos sem saber notícias dos filhos. muitas vezes moram até no próprio bairro do pai ou da mãe, não moram no outro lado do Brasil e nem no exterior. Às vezes, moram pertinho. E tem muito filho que, de maneira triste, procura jogar o pai ou a mãe no asilo, porque acha que o velho atrapalha, vai atrapalhar seu futebol, o cinema, o motel, o namoro, o bailão, o forró! Vai atrapalhar a viagem de turismo, a viagem de férias. Tem filho que acha que pai e

mãe só incomodam, só atrapalham. Então, ele esquece, ele abandona.

Queremos pedir a Deus, rogamos que Deus toque o coração dos filhos, das filhas, dos netos, para que dediquem mais amor, mais atenção e mais carinho ao pai e a mãe, seu avô, sua avó, e mesmo que não seja parente, não tenha laço consanguíneo, mas que todos nós possamos ver, um dia, uma sociedade respeitando mais nossos idosos, tratando-os com mais amor; eles que vivem aí com aposentadoria minguada, que mal dá para comprar o remédio, para fazer o tratamento.

O que é que quer o idoso, da sua família? Quem está com idade avançada não está querendo televisor novo, não está querendo DVD, moto, carro, fazer viagem para o exterior. A pessoa que está velha, que está idosa, ela nada mais quer que o amor, o carinho, o afago dos seus filhos, da sua família.

Neste dia, então, nobre Presidente, V. Exa. que tem mostrado grande amor e respeito aos idosos, Deputado Nelson Justus, o desejo de que possamos um dia, ainda, ver neste mundo nossos jovens, adolescentes, ver os mais novos dando aos idosos o devido tratamento de amor, carinho e respeito que eles são merecedores.

Filhos, não esqueçam: se vocês não tiverem contratempos pela frente, na vida, um dia vocês também serão idosos e pode ser que o amor que vocês negam, hoje, aos seus pais, avós, aos idosos, pode ser que este amor vá fazer falta a vocês também!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência registra com satisfação a presença do Vereador de Londrina, Tercílio Turino, Presidente da Comissão de Seguridade Social.

Seja bem-vindo a Casa.

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje ocupo a tribuna em nome da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Paraná. Em primeiro lugar, para convidar às Sras. e Srs. Deputados para uma reunião, amanhã, no Hospital Pequeno Príncipe, às 11h, quando estaremos ouvindo da direção do hospital a realidade sobre a dramática situação enfrentada pelos hospitais do Paraná, que não fogem à regra de todo nosso país e que correm, inclusive, risco de fechamento, devido à não atualização da tabela do SUS, que está completamente defasada.

Amanhã, pela primeira vez, a Comissão de Saúde fará sua reunião ordinária dentro de um hospital de Curitiba. Ficaremos muito agradecidos aos Deputados que puderem comparecer ao Pequeno Príncipe, 11h, porque trata-se do maior hospital infantil da América Latina, um

hospital importantíssimo no tratamento de crianças e de adolescentes. Setenta por cento dos atendimentos do Hospital Pequeno Príncipe são atendimentos ao SUS e apenas 30% a particulares. Portanto, é fundamental que o Governo Federal, o Governo Estadual e a própria Prefeitura Municipal de Curitiba vejam com atenção a situação desse hospital.

Sr. Presidente, estamos recebendo hoje uma Comissão de pessoas que vieram de Londrina e esse é o motivo, inclusive, da presença nesta Casa do Vereador Tercílio Turini, da cidade de Londrina. Recentemente foi feita uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Londrina e essa Audiência Pública chegou à conclusão que exponho agora, lendo a carta que foi encaminhada à Comissão de Saúde pelo Vereador Tercílio Turini, que é Presidente da Comissão de Seguridade Social da Câmara de Londrina; pela Vereadora Maria Ângela Santini, que é Vice-Presidente da Câmara de Londrina; pelo Vereador Marcelo Belinati; pelo representante dos pacientes, o Alberto; pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Londrina, Josinaldo da Silva Veiga; e pela Comissão de Direitos Humanos também da OAB de Londrina, através do Sr. Jorge Custódio.

Diz o Vereador Tercílio Turini e os demais subscritores do documento que chega as nossas mãos:

(Lê):

“Senhor Deputado,

A situação dramática à qual são submetidos pacientes que necessitam para sua sobrevivência do uso contínuo de medicamentos excepcionais fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Paraná foi discutida durante Audiência Pública realizada no dia 24 de setembro na Câmara Municipal de Londrina. Apoiados por dezenas de entidades da cidade, pacientes e seus familiares buscam o cumprimento, pelos órgãos competentes, do direito à saúde assegurado pela Constituição Federal.

No entanto, a gestão e a execução da política pública estadual de assistência farmacêutica tem negado este direito para aproximadamente 60 pacientes da cidade de Londrina, que diariamente convivem com o risco iminente do agravamento do seu quadro de saúde. O não fornecimento do medicamento excepcional pelo Governo do Paraná, sob a alegação de danos aos cofres públicos do estado provoca a interrupção das atividades produtivas dos pacientes; sobrecarrega o atendimento nos hospitais públicos e poderá estabelecer um marco entre o direito ou não à vida para cidadãos paranaenses.

Diante dessa situação crítica, reivindicamos ações prioritárias e imediatas pelo Governo do Estado do Paraná na aquisição e liberação de medicamentos excepcionais de uso contínuo para pacientes portadores de doenças raras, em especial para aqueles que buscam por meio de ações judiciais assegurarem seu direito à saúde. Não podemos ignorar que para um contingente razoável de pessoas em nosso estado, a rede pública de prestação de serviços é a única alternativa para uma assistência à

saúde e consequentemente, para o acesso aos medicamentos excepcionais.

Reiteramos que o atendimento à reivindicação poderá colocar o Paraná na vanguarda do atendimento à saúde do cidadão, mesmo que esta medida possa contrariar a atual política adotada pelo Ministério da Saúde, que limita o fornecimento de medicamentos de alto custo pela rede oficial de saúde.

Por outro lado, estamos dispostos a contribuir com o debate e a resolução deste problema, mobilizando no município de Londrina e em âmbito estadual, os integrantes das câmaras técnicas dos Conselhos Municipal e Estadual de Saúde que, acompanhados por um representante Governo Federal, deverão se empenhar na identificação e formulação de novos protocolos para patologias raras que exigem o fornecimento de medicamentos excepcionais de uso contínuo pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

No entanto, a decisão de atender ou não os pacientes com doenças raras por meio do fornecimento de medicamentos excepcionais não pode aguardar a discussão dos diversos aspectos e componentes de uma nova política nacional de medicamentos, como também não pode estar tutelada por ações judiciais promovidas pelo Ministério Público e questionadas pelo Governo do Estado do Paraná. O problema precisa ser resolvido imediatamente. O Brasil é considerado um dos cinco maiores mercados de medicamentos do mundo e, como podemos constatar, apresenta uma distribuição extremamente perversa. Em Londrina, 60 pacientes estão privados da justiça social, porque nestes casos o setor da saúde não garante equidade, qualidade e eficiência no atendimento à população.

Certos de que poderemos contar com o atendimento da Comissão de Saúde Pública da Assembléia Legislativa para essa importante reivindicação,

Atenciosamente,

(aa) Vereador TERCÍLIO TURINI - Presidente da Comissão de Seguridade Social;

Vereadora MARIA ANGELA SANTINI - Vice-Presidente;

Vereador MARCELO BELINATI - Membro;

ALBERTO WAST - Representante dos pacientes;

JOSINALDO DA SILVA VEIGA - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Londrina;

JORGE CUSTÓDIO - Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Londrina”

Veja, Deputado Elio Rusch, a que ponto chegamos. Sessenta pacientes de Londrina tiveram que pegar um ônibus e vir a Curitiba, recorrer à Assembléia Legislativa do Paraná, através de sua Comissão de Saúde, porque em Londrina a Secretaria da Saúde, não só não foi capaz de resolver o problema, como uma pessoa representando o Governo do Estado esteve em uma reunião e fez pouco caso da reivindicação desses pacientes que estão correndo um sério risco de vida.

Quero neste momento pedir que deixemos de lado o fato de sermos da Situação ou da Oposição, para que

todos, em conjunto, possam tentar mobilizar as autoridades de saúde do estado do Paraná, mobilizar o Governador Roberto Requião para que decida por uma resolução positiva para esta situação.

Faço um apelo aos Deputados amigos do Governador Roberto Requião, que telefonem para ele, que vão ao Palácio do Governo e o convençam que a situação dessas pessoas é dramática. São vidas que estão em jogo.

Tenho certeza que o Governo poderá cortar gastos e dar privilégio para o problema dos remédios, porque com a vida humana não se brinca.

Esqueçam que esse apelo está sendo feito na tribuna da Assembléia Legislativa por um Deputado da base da Oposição e convençam o Governador. Não é uma questão política, nem ideológica, é uma questão humana, uma questão de ser solidário diante do sofrimento do próximo ou de ser indiferente ao sofrimento dessas pessoas.

É inconcebível que as pessoas tenham que recorrer à Justiça para ter assegurado o seu direito constitucional de ter saúde, de poder contar com o SUS e de obter os remédios necessários para que possam aliviar seu sofrimento e para que possam permanecer vivas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Ney Leprevost, não é de hoje que ouço V. Exa. se pronunciando em favor das pessoas que realmente precisam de saúde pública. V. Exa. tem feito um belíssimo trabalho à frente da Comissão de Saúde.

Gostaria de relatar, rapidamente, com relação àquela Audiência Pública que fizemos na cidade de Campo Mourão, liderado por V. Exa. e por outros Deputados da Comissão de Saúde desta Casa, também lá em Campo Mourão esteve um assessor do Governo, Deputado Ney, com essa conversa, às vezes desfazendo das pessoas que querem fazer saúde pública. Está me parecendo, agora estou ouvindo a história de Londrina, que isso é enviado do Governo. Como bem disse V. Exa. aqui para nós, não é Situação ou Oposição, o nosso principal papel é de fiscalizar o Governo para que cumpra com aquilo que está previsto na Constituição, ou seja, que invista na saúde pública o que é da saúde pública. E mais, se for possível reduzir gastos em algum setor e investir em saúde pública, tenho certeza que o povo é o que mais vai agradecer.

Campo Mourão tem a dificuldade da Santa Casa que o Governo não está cumprindo com o seu papel.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Douglas Fabrício.

Apenas para registrar que, no ano passado, a cidade de Londrina recebeu 120 mil caixas do anticoncepcional Nociclin. Foi enviado pelo Ministério da Saúde, pelo Governo Federal, para Londrina. Usaram somente 50 mil. Sessenta e cinco mil foram doados para

outras cidades e 4 mil cartelas foram jogadas fora, na cidade de Londrina, na semana passada. Então, vocês podem verificar como a burocracia estatal, muitas vezes, prejudica este país.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

E remédios para o coração também!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Remédios para o coração também, Deputado Belinati, foram entregues 14 mil 600 caixas de remédios para o coração e uma grande parte também foi desperdiçada. Então, lá em Londrina, enquanto falta um determinado tipo de remédio para assegurar a vida das pessoas, por outro lado, a cidade recebe anticoncepcionais que não estão sendo usados e que estão sendo jogados fora.

Agradeço a benevolência do Deputado Nelson Justus e vou concluir apenas cedendo aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Exa., nosso respeito a V. Exa., também à caravana de Londrina, porque eles vêm batalhar por uma causa justa, aliás, está faltando sensibilidade das autoridades. V. Exa. falou de anticoncepcionais sendo jogados no lixo; remédios para o coração, 2 mil 300 caixas sendo jogadas no lixo.

Quero lembrar que as autoridades deste país, quando ficam doentes, têm até UTI, helicóptero, avião para socorrer em caráter de emergência os milionários, as autoridades. Então, está faltando remédio, está faltando respeito com a população de baixa renda e com os pobres.

A nossa solidariedade e o aplauso a estas pessoas que vêm de Londrina batalhar pelo interesse de uma população que não pode morrer. A população tem direito à vida e tem direito à saúde, a ter uma vida saudável. É lamentável que tenha que haver necessidade de saírem, quase 400 quilômetros de distância, para virem reivindicar, aqui, um atendimento que a autoridade deveria dar automaticamente, não deixando faltar remédio. Remédio pode dar saúde, restituir a saúde, remédio que pode salvar a vida desse povo.

A nossa crítica às autoridades que não estão cuidando como deveriam cuidar da saúde do povo.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Antonio Belinati.

Quero informar que o Deputado Tadeu Veneri esteve, agora há pouco, com esta Comissão, em uma reunião com o Presidente do Tribunal de Justiça. Vamos esperar que o Tribunal de Justiça se sensibilize em relação às ações que estão tramitando sobre este assunto na Justiça do Paraná.

Sr. Presidente, obrigado pela sua benevolência e encerro por aqui meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, no horário do PT, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes.

O Deputado Ney Leprevost, como Presidente da Comissão de Saúde, deu algumas informações aqui. Eu gostaria, na continuidade, usando o horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, dizer que também fomos recebidos, agora à tarde, essa comissão que saiu de Londrina hoje de madrugada, foi recebida pelo Desembargador Vidal Coelho. Ele se manifestou, apesar de algumas dessas ações terem sido negadas, que as pessoas, individualmente, também façam o mesmo movimento e entrem com pedidos constituindo provas - apesar de terem dito que constituíram - para que casos como esse, Deputado Cheida, o senhor que é médico, possam ser analisados novamente.

Lembro também que além do Vereador Tercílio Turini, também o representante da OAB, Jorge Custódio, o representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Dr. Josinaldo, estes mesmos representantes entregaram ao Presidente Nelson Justus, aqui, uma carta, com cerca de 20 mil assinaturas coletadas em Londrina, em cerca de 5 dias.

A cidade de Londrina - Deputada Rosane, a senhora que é da área da saúde - movimentou-se e mobilizou-se em 4 ou 5 dias e conseguiram 20 mil assinaturas, para que essas fossem entregues ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Presidente da Assembleia, ao Governador do Estado.

Conversei na quinta-feira, durante a Conferência das Cidades, com o Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro. Sei que, hoje, ele está em uma atividade e não poderá nos receber, mas vamos protocolar também na Casa Civil esse abaixo-assinado. Da mesma forma há uma reunião marcada com a Dra. Josélia, Procuradora-Geral do Estado.

Todas essas ações são no sentido de fazer com que haja sensibilização, não só do estado, mas também do Judiciário, do MP e daqueles setores que não estejam ainda na Assembleia Legislativa, acompanhando exatamente o que ocorre, hoje, com a situação desses pacientes, que dependem de determinados medicamentos e que por não receberem esses medicamentos, correm risco de morte.

Além disso, acho que é importante lembrar que essa não é uma luta isolada feita no Paraná. Esse mesmo grupo esteve com o Presidente Lula durante a semana. Acho importante Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Presidente da República tenha recebido essas pessoas, pessoalmente. Isso mostra o grau de gravidade em que

essa situação chegou. Além do Presidente da República, também estiveram o Presidente da Câmara Federal e o Procurador-Geral da República. Acho que todas essas pessoas estão mostrando que estão sensibilizadas para o problema que está sendo enfrentado. O Dr. Antônio Fernandes, Procurador-Geral da República, se mostrou sensível. Hoje, o Dr. Vidal Coelho colocou que essa situação deverá, em um prazo de talvez alguns meses, ser pacificada e resolvida pelo Superior Tribunal Federal.

O que queremos é que isso seja feito em um prazo mais breve. Algumas situações são emergenciais. Temos aqui diversos pacientes, que estão acompanhando essa entrega de documentação feita hoje nesses pontos que nós aqui elencamos. Certamente não se trata, como o Deputado Ney Leprevost colocou, de uma situação pontual entre um Deputado e o Governo, entre o Ministério Público e o Governo, entre a Procuradoria-Geral e o Desembargador. Não. É uma situação que, ou se resolve através de ações que são emergenciais, ou ela não se resolve e, talvez, situações piores tenhamos que administrar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que coloco, hoje, em nome do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, é que estamos buscando fazer com que haja esse entendimento, essa sensibilização e uma solução para o problema. Não é possível que tenhamos que esperar mais alguns meses. Se for verdade que em alguns casos - foram feitas duas Audiências na Assembleia, a respeito deste tema específico - há medicamentos de um custo muitíssimo alto e que em algumas vezes está se levantando questionamentos quanto à possibilidade de dar esse medicamento, em outros casos sabemos que a situação dessas pessoas ou se resolve do ponto de vista de ter o medicamento fornecido pelo estado, ainda que seja caso a caso ou ela não terá solução. Deus que nos livre disso, mas poderá ocorrer que essas pessoas estarão entrando em óbito.

Então, quero dar o aparte ao Deputado Jocelito Canto e deixar claro que mais uma vez o que estamos buscando fazer, é sim, Deputado Rossoni, trazer esse caso a público. É preciso, sei que o Judiciário foi nessa manifestação feita hoje, não deve sofrer pressões, porque o Judiciário trabalha de outra forma, de uma forma mais individualizada do ponto de vista de instituições, mas a Assembleia Legislativa sim, ela é suscetível a todo tipo de pressão, e aliás, nós Deputados trabalhamos sob pressão. A pressão da opinião pública é fundamental para que algumas decisões sejam tomadas. E mais do que fundamental, ela é o princípio da Democracia e esse princípio está expresso hoje, quando as pessoas fazem uma viagem de 8 horas para virem aqui visitar algumas instituições e voltam para Londrina sem que o seu problema seja resolvido.

Sabemos que essas visitas não resolvem, em absoluto, o problema que essas pessoas estão enfrentando, mas faz com que possamos abrir canais e sensibilizar alguns setores e a opinião pública principalmente, para

esse drama que vivem as pessoas de Londrina e do estado do Paraná. Hoje, cerca de 130 pessoas.

Deputado Jocelito Canto, lhe concedo um aparte.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Tadeu Veneri, gostaria de fazer uma colocação a V. Exa. Ano passado vi nesta Casa alguns Deputados reclamando que o Governo havia gastado muito dinheiro com a compra dos medicamentos. Houve uma discussão ampla aqui em que se discutiu que se gastou muito nesses remédios, como nunca havia se gasto na história do Paraná. Ouvi alguém reclamando no ano passado. Vejo agora, a partir deste ano, muita gente reclamando com razão. Não é só aqui, não é só em Londrina, em Ponta Grossa, é em todas as regiões a falta de medicamentos, principalmente para pessoas que necessitam em caso de urgência.

Agora, lembro também, Deputado Tadeu, que na campanha passada do Presidente Lula, tinha uma propaganda feita pelo Duda Mendonça que eu achava um espetáculo. Não a última, tinha uma propaganda na TV que dizia: “Dona Maria vai á farmácia e não consegue remédio”. Era uma pobrezinha, que sofria. Depois entrava a dona Tereza, ricaça, boazuda, entrava e comprava o remédio à vontade e voltava alegre. E daí tinha a propaganda finalizada do Governo que dizia: “Isso vai acabar”.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Jocelito Canto, desculpe lhe interromper, que tenho só um minuto. Independente das propagandas feitas - até isso podemos discutir em outro momento - a realidade é que não queremos fazer um debate se é do Governo A, B ou C. A responsabilidade é do Governo Federal, Governo Estadual, das prefeituras, mas as pessoas não podem morrer esperando para que seja responsabilidade ...

(Conversas paralelas entre o Deputado Tadeu Veneri e Deputado Jocelito Canto, inaudíveis)

O que queremos é menos discurso e mais prática. Não adianta ficar dizendo que foi o Duda, Maria ou Joana. O papel que tem a Assembléia Legislativa neste momento é fundamental para que possamos explicitar o que está acontecendo, e melhor do que fazermos discurso para fora é sabermos se as pessoas estão buscando os seus representantes e acreditando inclusive que, através dos Deputados todos ... Veja bem: não sou da região de Londrina, os Deputados da região de Londrina, têm muito mais do que legitimidade, conhecem muito mais do que eu. O Deputado Cheida, o Deputado Belinati, os Deputados que são daquela região, inclusive já conversaram com as pessoas que estão aqui, estão sensíveis a esse problema, e não são Deputados A, B ou C, partido de Situação ou não, estão sensíveis porque sabem que ou vamos conseguir através de um amplo diálogo, resolver a situação ou teremos simplesmente que nos conformar

que a situação é insolúvel. Quero crer que a situação tem solução e a solução é fazer exatamente o que estas pessoas estão fazendo: buscando todos os canais possíveis, em todos os partidos possíveis, com todas as pessoas possíveis, para que tenhamos uma solução.

Então, Sr. Presidente, quero lhe agradecer, inclusive, não só por ter concedido este espaço, mas por ter recebido o Vereador, que é um dos representantes desse grupo de Londrina, parabenizar as pessoas que vieram de Londrina aqui, que eu sei que é uma jornada longa, Deputado Cheida, e outros Deputados de Londrina sabem o quanto este problema ainda demorará a ser resolvido, mas dizer que estamos esperançosos, porque hoje o próprio Presidente Vidal Coelho nos sinalizou algumas formas de buscarmos resolver este problema e eu espero que não tenhamos que receber novamente estas pessoas por esta razão, mas recebê-las por termos conseguido, junto com outros setores, resolver a situação.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Nobre Presidente Nelson Justus, em nome da caravana de Londrina que está aqui, aliás, não é só Londrina, está aí o Trentini, de Paranaíba, são pessoas de várias cidades da região, eles gostariam, Sr. Presidente, de apelar para o coração de V. Exa., um homem sensível, um grande liberal, no sentido de que fosse aberto um espaço aqui, quem sabe 5 minutos, para que o Sr. Alberto, que é um paciente, pudesse relatar para esta Casa, com todo o respeito, a situação dos pacientes que estão com dificuldade para conseguir esse medicamento.

Eu creio que V. Exa. que é um democrata vai abrir este espaço para que ele possa expor aqui esta dificuldade que está enfrentando. É um apelo que faço ao ilustre Presidente. Seria simpático, Sr. Presidente podermos ouvir um representante, porque eles viajaram, se locomoveram, se desgastaram fisicamente, estão aqui, com todo o respeito, e eu acho que seria uma grande oportunidade para esta Casa abrir o microfone para podermos ouvir o representante dos pacientes, Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Antonio Belinati, V. Exa. sabe do apreço que tenho por V. Exa., como também pela sua família, e quero deixar claro que acordamos que este Expediente seria utilizado apenas nas Sessões de quinta-feira.

O Deputado Ney Leprevost já usou o horário do PP e o da Liderança, V. Exa. também usou, o Deputado Tadeu Veneri. Quero crer que nenhum orador, por melhor que seja, vai expressar de maneira tão firme e tão forte quanto V. Exa., quanto o Deputado Ney Leprevost, quanto o Deputado Tadeu Veneri, o que, efetivamente, esta caravana de Londrina veio fazer hoje aqui.

Tenho certeza que eles terão o total apoio dos 54 Deputados aqui desta Casa, isto é indubitável, e esta presidência e a Mesa Executiva coloca-se a disposição das senhoras e dos senhores, os parabeniza pela luta, pela

coragem e pela veemência com que vêm tratando de um assunto tão delicado.

A saúde do Brasil está efetivamente doente. Recebemos aqui do Vereador Tercílio, firmado por outros Vereadores e outras lideranças, e podem contar como nosso apoio.

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje quero falar um pouco sobre a 3ª Conferência das Cidades, que foi realizada na última semana na cidade de Foz do Iguaçu, aonde tivemos o prazer de contar com a presença de vários Deputados, como a Deputada Rosane Ferreira, o Deputado Dobrandino da Silva, Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Elton Welter e o Professor Luizão, acredito que eram esses os Deputados que se fizeram presentes representando a Assembléia Legislativa num dos fóruns, num dos encontros, conferências das mais importantes para resolver o problema das cidades.

Lá foi discutido que as pessoas que moram na área rural, na roça, no interior, se aglomeram nas cidades, e a idéia, a concepção que se tem é de que as prefeituras devem urbanizar as cidades, devem criar um ambiente agradável para as cidades, não devem permitir os bolsões da pobreza, não devem permitir as favelas costumeiras que se vê nas principais cidades do Brasil.

Ora, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos concordamos com isso, todos percebemos que o melhor caminho é urbanizar. Urbanizar significa levar asfalto, luz, água, telefone, ruas, iluminação pública, condição de vida e geração de empregos. Tudo isso é importante para que um cidadão possa conviver em paz com a sua família nas cidades. E por que se isso é verdade, e por que se todos denunciam esse fato você não resolve, os Prefeitos não resolvem, o Governador não resolve e ninguém resolve? Por quê?

Deputada Rosane, temos que nos ater aos fatos que levam à essas conseqüências! Quero dar um exemplo aqui, Deputado Romanelli, V. Exa. que teve uma participação brilhante na 3ª Conferência, vou dar aqui como exemplo uma receita que vem resolver todos os problemas do país! Quando eu vejo o Senador Mão Santa falar dos alopados do Lula, o que vão fazer com 400 bilhões que arrecadam todo ano? Este ano vão arrecadar muito mais que isso! Eu ficava até revoltado com o Mão Santa, achava que isso era um desrespeito, Deputado Anibelli! Mas, na verdade, quando você vai na essência, vai saber por que acontece isso em todo o Brasil, aí você vai perceber por que o Mão Santa fala dos alopados. Porque há 10, 15 anos atrás, o imposto compartilhado significava mais de 70%, o imposto compartilhado, aquele que tem a divisão com os esta-

dos e municípios e menos de 30% era imposto que ficava só para o Governo Federal.

Agora o imposto compartilhado não representa mais do que 42%, quase 30% a menos. São taxas criadas como o Cofins, como a CPMF, contribuição sobre o lucro líquido, enfim, são as taxas inventadas pelo Governo Federal que aumentam, absurdamente, a renda do Governo Federal, é claro, muitas vezes mal aplicadas e os municípios e os estados passam a padecer.

Desses 400 bilhões arrecadados no ano passado, menos de 200 tiveram a partilha com os municípios, que é de 22,5%, e dos estados 21%. Vejam os senhores que todos os municípios resolveriam todos os seus problemas se eles pudessem ter os 22,5% do total arrecadado pelo Governo Federal! O Lula sabe disso, o Vice-Presidente sabe disso, todos os Senadores sabem disso, os Deputados Federais que deviam respeitar e representar os interesses dos municípios sabem disso e ninguém resolve absolutamente nada! Os municípios ficando cada vez mais pobres, as responsabilidades da saúde, agora até da segurança, tudo repassando para os municípios quando, na verdade, o grosso arrecadado do povo brasileiro fica no Governo Federal!

Então, chegou a hora de resolver. O Fórum das Cidades, que mostra e demonstra tudo que é necessário para um bom desenvolvimento e respeito, o Fórum das Cidades levanta o diagnóstico, mas é necessário que Deputados Federais, que Senadores e que o próprio Presidente Lula saibam disso para poder começar a resolver os problemas dos falidos municípios brasileiros.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, nobre Deputado Edgar Bueno, pela objetividade do pronunciamento de V. Exa.

Peço permissão para pegar uma carona. Quando vemos a caravana de Londrina e do interior vindo à capital para quase que implorar de joelhos o remédio que deveria ser dado sem nenhum favor, mas por obrigação das autoridades, é bom lembrar que o Governo Federal tem a CPMF que arrecada, em números redondos, R\$ 40 bilhões por ano. Se esse dinheiro fosse utilizado para comprar remédios para o povo, não iria faltar remédio para ninguém e nós teríamos uma população mais saudável e com uma vida muito mais longa. É só usar o dinheiro da CPMF, que lamentavelmente foi criada para resolver o problema da área da saúde do Brasil, e uma fatia muito insignificante, quase nada, uma fatia muito irrisória da CPMF é que está sendo usada na área da saúde. O Governo está desviando para outros setores.

Então, que o Governo Federal neste momento está conseguindo aliciar os Parlamentares para aprovar a prorrogação da CPMF, que o Governo Federal aplique onde é o objetivo da CPMF, que é na área da saúde, construindo UTI, construindo hospitais e fazendo a distribuição dos remédios que o povo está reclamando.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

O dinheiro da CPMF, dos 20 bilhões, 38 vão para a saúde pública, 8 bilhões vão para o combate à fome e à miséria e 10 bilhões vão para a seguridade social.

O SR. EDGAR BUENO

Era essa então a informação do Deputado Elton Welter.

Mas só quero reforçar que há, 10, 12 anos atrás, o Imposto de Renda significava 50,29%. Hoje o Imposto de Renda significa apenas 35%. Vejo como caiu. O IPI representava 20,7%, hoje representa só 7,18%. Não que o povo esteja pagando menos Imposto de Renda, está pagando muito mais, estou falando do bolo compartilhado. Esse bolo compartilhado que precisa ser repensado, esse bolo compartilhado significa que menos da metade da arrecadação do Governo Federal vai para os municípios e para os estados. Elio Rusch, 3% vai para projetos de desenvolvimento do nordeste. E os estados ficam com 21%; 22,50% é dividido em 5 mil 562 municípios do Brasil.

Então, é uma parcela insignificante quando vemos que o Governo Federal cada vez arrecada mais. No ano retrasado, em 2005, o Governo arrecadou 360 bilhões. Em 2006, já foi para quase 400, 392 bilhões. E este ano está previsto para passar longe dos 400 bilhões e os municípios, os estados tendo que cumprir com esta área principalmente social e esta questão da saúde passando por dificuldades, porque não há sensibilidade, porque os Deputados Federais, os Senadores sabem disso mas ninguém faz absolutamente nada.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Penso que tem algumas questões que V. Exa. aborda que eu tenho outro ponto de vista. Mas vim aqui falar da convergência e não das divergências. Não tenho dúvida enquanto no gênero tributo, a espécie contribuição social não for partilhada com estados e municípios. Claro que esta situação desigual permanece.

Por isso, como resultado da 3ª Conferência Estadual das Cidades, uma das propostas é acabar com a praga da emenda individual, que o Deputado Federal ou Senador pode subscrever. A emenda individual é o processo absoluto de corrupção daquilo que deveria ser sagrado para o Parlamentar, que era pensar do ponto de vista de fazer com que as instituições e os entes públicos federados pudessem efetivamente ter recursos. Se acabasse com a emenda individual, certamente modificaríamos a realidade da partilha dos impostos e contribuições e pontualmente algumas taxas que poderiam também ser partilhadas. Claro que federais que nós estamos falando. Mas V. Exa. tem razão em relação a isso, embora é claro, que divirjo do pronunciamento sobre a questão do Senador Mão Santa, porque eu acredito essencialmente na integridade e nas boas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Presidente Lula.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Deputado, não há divergência nessa questão. Ninguém está duvidando, da seriedade, da honestidade. Estamos apenas duvidando da compreensão da situação nacional, da falta de sensibilidade no sentido de fazer a partilha dos estados e dos municípios, porque não é possível só o Governo arrecadar.

V. Exa. tocou num assunto importante, a questão da corrupção, a questão dos fracos, a questão daqueles que se elegem por um partido com facilidade e vão imediatamente para a orla do Governo para se aproveitar das emendas individuais. E V. Exa. analisa o percentual das emendas que foram atendidas quando as pessoas da Oposição atingiram 7% ou 8%, quem está na Situação, mas aqueles que não vou dizer que se venderam, aqueles que foram para a facilidade, hoje estão na faixa dos 14% que já emplacaram as suas emendas individuais.

O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)

Só queria dizer a V. Exa., quando fala desses que defende. É uma pena que não tenhamos defensores como os ruralistas têm em Brasília. Os ruralistas em Brasília prorrogam as suas dívidas, conseguem tudo o que querem em Brasília. Têm uma bancada grande. Agora, quando é uma bancada para defender os interesses do povo está precisando de remédio, não tem bancada do povo lá, só tem a bancada dos ruralistas que faz 100 anos que devem. Quando um pobre deve no banco, eles devolvem o cheque, botam no SPC. Agora, a bancada ruralista faz o diabo em Brasília e não tem problema nenhum.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

É de lamentar. Temos que acabar com os favores do Brasil, favor é que traz a corrupção, temos que dar a Cezar o que é de Cezar, dividir com os estados e os municípios aquilo que o Governo Federal arrecada. Aí acabam todos os problemas, até porque os municípios e estados sabem gastar e aplicar melhor que o Governo Federal, que está muito longe, não consegue fiscalizar, não consegue saber se a obra está cara ou está barata e se está sendo realizada dentro do que determina o projeto. Corrupção existe até nas obras, principalmente quando o Governo que fiscaliza é de Brasília e está muito distante da nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança da Oposição: Deputado Marcelo Rangel (PPS)**O SR. MARCELO RANGEL**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria de agradecer ao Líder da Oposição, Deputado Rossoni, pela oportunidade de utilizar a tribuna neste horário. Antes eu gostaria de dizer a todos

os Deputados e a todos os presentes que nesse final de semana eu presenciei um acidente trágico na rodovia PR-151, entre Ponta Grossa e Palmeira, com duas vítimas fatais: uma criança de 5 anos, um jovem de 24 e duas pessoas em estado gravíssimo na cidade de Ponta Grossa, sendo atendidas no Hospital Bom Jesus. O acidente aconteceu por falta de sinalização na BR-151. E no dia 18 de junho de 2007, aprovamos aqui no plenário da Assembléia o seguinte requerimento: *Requer envio de Expediente a Secretaria de Estado dos Transportes, ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando com a máxima urgência providências em relação à sinalização necessária na Rodovia PR-151, no trecho que liga o município de Ponta Grossa ao município de Palmeira. Requer ainda que se dê ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, à Câmara Municipal de Ponta Grossa, Prefeito de Palmeira, Câmara Municipal de Palmeira.* Aprovamos no dia 18 de junho e se o Governo tivesse tomado as atitudes necessárias, talvez esse acidente não tivesse acontecido. Mas, me parece que o Governo está mais preocupado em jogar truco com as empreiteiras de pedágio, se utilizando de uma empresa do povo do estado do Paraná, a COPEL, para passar facão. O Governo está passando facão na licitação dos pedágios. Está ficando claro que foi mais um blefe, mais um factóide. E o pior é que isto pode custar caro ao povo do estado. Baixar o pedágio todos nós queremos, todos nós estamos tentando, através de projeto de lei, mas fazer o povo pagar por mais uma briquinha pessoal, eu não aceito! A COPEL não merece isso.

Srs. Deputados, mas o assunto que eu gostaria de abordar na tarde de hoje é sobre um fato - não é um factóide - é um fato. O Tribunal de Contas abriu processo de impugnação de despesas contra o Secretário de Estado da Comunicação, Airtton Pissetti, para comprovar ato de improbidade administrativa, por conta das irregularidades encontradas nos gastos publicitários da Secretaria, no último ano.

As investigações que podem levar Pissetti a ser condenado ao pagamento de multa, devolução dos milhões de reais que foram mal aplicados, e a inelegibilidade têm como base o parecer de um outro Conselheiro, Conselheiro Relator das contas de 2006 do Governo Roberto Requião, Sr. Henrique Naigeboren. É outro Conselheiro.

Nesse relatório final, Deputados, o Relator determinou que a Diretoria de Contas Estaduais, a DCE, e também a inspetoria responsável pela fiscalização das contas das empresas de economia mista e secretarias investiguem os gastos com publicidade e atos oficiais feitos pela Secretaria da Comunicação, sem os chamados PADVs, que são obrigatórios por lei.

As contas de 2006 de Requião foram aprovadas no último dia 27 de julho, mas com 23 ressalvas, 16 delas com recomendações e outras 9 com determinações que se não forem cumpridas podem resultar na desaprovação

das contas de 2007. Eu não vou aprovar as contas do Governador. Já adianto meu voto, porque desde o começo do ano estamos investigando a questão da Secretaria da Comunicação, o Sr. Airtton Pissetti, e é claro, evidente, que aconteceram inúmeras irregularidades. Nós temos provas disto. Aliás, o Plenário da Assembléia quis ouvir o Secretário e ele não apareceu, num ato claro de desaforo, desprezo e falta de respeito para com todos os Deputados do estado do Paraná. Ele foi condenado pela Assembléia Legislativa, por esta atitude, foi condenado por este Poder. A Comissão Permanente de Comunicação também enviou comunicação de irregularidades pela falta de notas, pagamentos e comissões para agências em jantares, falta de PADSBs, absurdos! Todo tipo de irregularidades!

A CEI também terminou com dois relatórios, condenando o Secretário Airtton Pissetti. O tribunal de Contas apresentou ressalvas e também pedido de informações à condenação do Secretário, ressarcimento do erário e sanções ao agente público. Agora, a justiça está fazendo sua parte. A abertura do processo, na justiça, vai desencadear esta nova fase.

A nossa parte foi feita. A parte da Assembléia Legislativa também foi feita. Amanhã, inclusive, estarei entregando ao Ministério Público em Ponta Grossa - é importante frisar, Ministério Público em Ponta Grossa - na defesa do patrimônio público, um relatório de 240 páginas com provas, entrevistas e a conclusão final pedindo a condenação por improbidade administrativa, que pode se estender ao Chefe do Executivo, pois tem ciência de tudo o que está se passando e mesmo assim não tomou nenhuma providência para coibir as irregularidades.

Isso não é factóide, gente! Isso é fato comprovado de má gestão do dinheiro público realizado pelo Governo Roberto Requião.

Agora, Deputado Romanelli, não entendi este documento que recebi agora há pouco! Não entendi e gostaria de perguntar ao senhor! Existe um projeto pedindo a revogação da Lei nº 15455. Essa lei diz o seguinte, senhores: *Dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado do Paraná.* Ela visa impor ao Poder Executivo a divulgação dos custos de propagandas realizadas. A Liderança do Governo está propondo que o Governo não precise mais divulgar os custos de propaganda, está tentando a revogação da Lei nº 15455. Essa lei prevê que o Governo tenha que divulgar os gastos em propaganda e a Liderança do Governo está tentando revogar essa lei. Enfim, vamos, é claro, pedir em nome da Bancada da Oposição para que a Liderança do Governo retire esse projeto absurdo. Um projeto absurdo! Temos que ter transparência e li em algum jornal que me parece que este Governo está mais para "trazparente".

Senhoras e senhores, era isso que tinha a dizer a todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente e Srs. Deputados, que *animus narandi* do nosso querido Deputado Marcelo Rangel!

Quero dizer, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro das boas notícias, porque gostei de ver hoje o Deputado Jocelito na tribuna falando e Deputado Rangel, se V. Exa. de fato tivesse coerência, teria ido à tribuna falar das 11 UTIs que estão em funcionamento em Ponta Grossa, como bem relatou aqui o nobre Deputado Jocelito, hoje. Mas, V. Exa. faz uma opção por um outro caminho!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero dizer da satisfação que esta Casa tenha votado recentemente uma lei que possibilitou que eventualmente naqueles casos em que é indispensável que a contratação temporária se realize, ela possa de fato não ter que experimentar aquela quarentena, ou seja, o interstício para que o PSS possa ser realizado. E por que estou dizendo isso?

Por que esta Casa votou uma lei importante, o Governador sancionou e alguns aqui foram à tribuna e denunciavam o Governo, que queria só trabalhar com temporários, enfim, faziam as denúncias. E V. Exa. viram neste final de semana, a partir de hoje o lançamento para contratação mediante concurso de 14 mil, 287 professores e professoras. São 14 mil, 287 vagas na rede estadual de ensino!

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Romanelli, essa lei é aquela que relatamos?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Aquela da Lei Complementar nº 108.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Então, só lembrar que quem foi o Relator dessa lei foi o Deputado Douglas Fabrício, e relatou favoravelmente, ajudando o Governo a atender essas pessoas.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Por isso que chamei a atenção de V. Exa., porque o seu papel foi extremamente positivo e me relatava o caso da faculdade de Campo Mourão que sofre com esse problema. Gostaria de chamar a atenção das pessoas que foram à tribuna, que o nosso Governo quer contratar mediante concurso. Como faz agora.

Contratamos por concurso neste Governo, extinguindo a famigerada Paranaeducação que no Governo Jaime Lerner contratava precariamente os professores,

terceirizava a educação do estado, 40 mil professores e 10 mil funcionários com concurso público. Isso dá estabilidade ao servidor, forma uma carreira.

Quinze dias para que todos possam se inscrever no concurso que será realizado pelo núcleo de concurso da UFPR. Maiores informações estão no site da UFPR ou no Portal da Educação. As provas acontecerão no dia 25 de novembro e o resultado está previsto no dia 17 de dezembro.

Serão para 15 disciplinas, para professores pedagogos, professores do ensino profissionalizante e para professores da educação especial. As disciplinas são: Português, Matemática, Física, Geografia, História, Espanhol, Inglês, Alemão, Italiano, Filosofia, Ciências, Artes, Biologia, Química e Educação Física. E mais 1.198 vagas, exclusivamente para educação especial, que é fundamental para o nosso estado e que melhorou muito.

Relato isso para registrar que mantemos uma linha de coerência naquilo que falamos e naquilo que fazemos. Temos construído, através do diálogo permanente com a APP-Sindicato, uma relação que tem sido extremamente produtiva. Temos uma pauta de temas que precisam ser superados ainda, mas já avançamos muito.

Lembro que no último dia 30 do mês, 100% do funcionalismo público estadual recebeu o reajuste. O Governo pagou tudo aquilo que havia sido votado nesta Casa. Avançamos muito, mas temos muito que avançar ainda. Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. é um Parlamentar da Oposição, tem posições, às vezes, muito fortes, mas tem sido uma pessoa leal. Temos que reconhecer isso. V. Exa. vai vendo que o Governo tem começo, meio e fim.

Para concluir, gostaria de dizer que apresentei hoje a revogação daquela lei que impõe uma obrigação, foi um veto que foi derrubado nesta Casa. Penso que é necessário discutir na elaboração do orçamento a destinação de recursos para investimentos na área da comunicação social. Temos que desobstruir essa área. Esta Casa tem que contribuir. É uma lei importante.

Espero o apoio da Oposição. Assim como a nossa bancada vai estar discutindo e aprovando, porque vamos desobstruir canais e criar, de fato, a possibilidade de fazer com que a comunicação possa, de novo, estar acontecendo. E vai deixar muita gente que é dona de veículos de comunicação, especialmente os donos de rádios, muito felizes. Certamente, vai mudar o humor de muitas pessoas, Sr. Presidente, na medida que o Governo volte a veicular nos veículos de comunicação, especialmente nas rádios, nos jornais e nas televisões.

Obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 25 e 26 de setembro de 2007. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 142/07, subscrito pelo Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando autorização para a compra de 02 (duas) diárias e 04 (quatro) passagens aéreas em nome da professora Patrícia Corsino, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Sr. Luiz Araújo, de Brasília/DF, ambos convidados a participar do Seminário Paranaense de Educação Infantil, agendado para dia 19 de outubro próximo, no plenário desta Casa. **À Comissão Executiva.**

Expediente subscrito pela Ordem dos Advogados do Brasil constante do expediente, representando inúmeras entidades, solicitando o apoio desta Casa de Leis, pela pessoa do Sr. Presidente, no sentido de garantir a imediata liberação dos medicamentos excepcionais de alto custo comprovadamente eficazes e necessários para a preservação da vida dos pacientes. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 310/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção da cobertura da quadra de esportes da Escola Julieta Alves Soares, no município de Jussara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 311/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a construção da cobertura e ampliação de 04 (quatro) salas de aula da Escola Julieta Alves Soares, no município de Jussara. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 312/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Presidente do DNIT, a instalação de redutor de velocidade no trecho da BR-487, rodovia que liga Campo Mourão e Iretama, no cruzamento com a PR-549, no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Valdir Rossoni e Elio Rusch, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 015/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri, Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira, que cria no estado do Paraná, programa de conservação de uso racional da água nas edificações públicas estaduais e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 015/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado, o programa de conservação e uso racional da água nas edificações públicas estaduais do Paraná.

Art. 2º O programa a que se refere o artigo 1º tem como objetivo instituir medidas que induzam à conservação, uso racional e utilização de fontes alternativas para captação e reaproveitamento de água nas novas edificações residenciais e comerciais, bem como nas edificações públicas estaduais, além de promover a conscientização dos usuários sobre a importância da conservação da água.

Art. 3º Para os efeitos desta lei e sua adequada aplicação, são adotadas as seguintes definições:

I - conservação e uso racional da água - conjunto de ações que propiciam a economia de água e o combate ao desperdício quantitativo nas edificações;

II - desperdício quantitativo de água - volume de água potável desperdiçado pelo uso abusivo;

III - utilização de fontes alternativas - conjunto de ações que possibilitam o uso de outras fontes para captação de água que não o sistema público de abastecimento;

IV - águas servidas - águas utilizadas no tanque ou máquina de lavar e no chuveiro.

Art. 4º Ficam as empresas projetistas e de construção civil no estado do Paraná, obrigadas a prover coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e de águas servidas, nos projetos de empreendimentos residenciais que abriguem mais de 25 (vinte e cinco) famílias ou nos de empreendimentos comerciais com mais de 100 (cem) m2 de área construída.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades da administração pública estadual do Paraná, dos três Poderes e do Ministério Público Estadual, podem instalar e projetar coletores, caixa de armazenamento e distribuidores para água da chuva e águas servidas, em todos os projetos e construções de prédios públicos, ou que se utilizem de recursos do tesouro.

Art. 5º A caixa coletora de água da chuva e águas servidas serão proporcionais ao número de unidades habitacionais nos empreendimentos residenciais ou à área construída nos empreendimentos comerciais.

Parágrafo Único. As caixas coletoras de água da chuva e de águas servidas, assim como a canalização destas águas, serão separadas das caixas coletoras de água potável e a sua utilização da água da chuva será para usos secundários como lavagem de prédios, lavagem de autos, de jardins, limpeza, banheiros, não podendo ser utilizadas nas canalizações de água potável.

Art. 6º As empresas projetistas e de construção civil terão o prazo de 90 (noventa) dias para adequarem seus projetos ao cumprimento desta lei, a contar da data de publicação da presente lei.

Art. 7º O estado do Paraná poderá adotar, em todos os empreendimentos imobiliários realizados com recursos públicos, que venham a ser construídos a partir desta lei, dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água.

Parágrafo Único. Os dispositivos hidráulicos consistem em:

I - torneiras para pias, registros para chuveiros e válvulas para mictórios, acionadas manualmente e com ciclo de fechamento automático ou acionadas por sensor de proximidade.

II - torneiras com acionamento restrito para áreas externas e de serviços;

III - bacias sanitárias com volume de descarga reduzido (VDR);

IV - sistema hidráulico que permita o reaproveitamento da água proveniente de chuveiros, banheiras, tanques e máquinas de lavar para a descarga nos vasos sanitários ou para uso não potável, como lavagem de calçadas e áreas externas.

Art. 8º O Poder Executivo poderá adotar outra tecnologia, diversa da especificada no artigo anterior, desde que possibilite o controle e a redução de consumo de

água, em proporções iguais ou superiores à proporcionada pelos mecanismos indicados por esta lei.

Art. 9º O combate ao desperdício quantitativo de água, compreende ações voltadas à conscientização da população através de campanhas educativas, abordagem do tema nas aulas ministradas nas escolas integrantes da rede pública estadual de ensino e palestras dirigidas aos servidores públicos que trabalham ou trabalharão em novas edificações, entre outras, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação e uso racional da mesma.

Art. 10. O estado do Paraná, no caso de locação de imóveis para instalação de seus órgãos ou entidades priorizará aquelas edificações que estejam de acordo com as normas definidas nesta lei.

Art. 11. Os edifícios já concluídos quando da publicação desta lei, demonstrada a viabilidade técnica, terão o prazo de 5 (cinco) anos para realizar as adequações ao disposto nesta lei.

Parágrafo Único. A viabilidade técnica será demonstrada pelo órgão público responsável pela fiscalização de obras no município em que estiver localizado o edifício, mediante consulta formulada pelo estado do Paraná, através de seus órgãos locais.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo os requisitos necessários à elaboração e aprovação dos projetos de construção, instalação e dimensionamento dos aparelhos e dispositivos destinados à conservação e uso racional da água, a que a mesma se refere, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 13. Os órgãos do Poder Público Estadual, Federal e Municipal poderão fiscalizar a execução e o cumprimento da presente lei.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.09.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 389/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a comunicação de obesidade infantil as autoridades competentes. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 389/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os hospitais, clínicas e postos de saúde da rede privada ou pública, localizadas no estado do Paraná,

ficam obrigados a alertar os pais ou responsáveis de casos de obesidade infantil e de desnutrição.

Parágrafo Único. Em caso do não atendimento, comprovado, dos pais ou responsáveis, os hospitais, clínicas e postos de saúde da rede privada ou pública, localizadas no estado do Paraná, deverão comunicar aos Conselhos Tutelares.

Art. 2º Caberá aos Conselhos Tutelares zelar pelo bem-estar da criança ou adolescente, conforme artigo 136 da Lei Federal nº 8069/90, apurando as causas e as responsabilidades dos pais ou tutores no quadro da obesidade infantil e de desnutrição, indicando a solução adequada para o problema.

Art. 3º O descumprimento do disposto nesta lei acarretará as sanções previstas no Título VII, artigo 249, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.09.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 470/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o acesso rodoviário da PR-170, compreendido entre o trevo do bairro Bela Vista e a sede do município de Cambira. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/07, de 27/06/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 482/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que denomina a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL a sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 076/07, de 03/07/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 507/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóvel, situados no município de Janiópolis. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 610/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais de Guaiporã - APROGUA, distrito de Guaiporã, com sede no município de Cafezal do Sul e foro na comarca de Iporã. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM**

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado o substitutivo geral da CCJ.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 611/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede e foro no município de Brasilândia do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 096/07, de 21/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 611/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede e foro no município de Brasilândia do Sul e foro no município de Alto Piquiri.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão, de modo claro e preciso, da sede e do foro da associação que se pretende declarar de utilidade pública. Ainda, o artigo 2º ao dispor “revogadas as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.*

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 611/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente de Brasilândia do Sul - ACBBS, com sede no município de Brasilândia do Sul e foro no município de Alto Piquiri.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, com sede e foro no município de Rebouças. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/07, de 22/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 620/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo, requer seja declarada de utilidade pública a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos Francos, com sede e foro no município de Rebouças.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão da sigla prevista no estatuto da associação que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 620/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para que a súmula e o artigo 1º do presente projeto passe a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, a Associação São Pedro dos Moradores de Faxinal dos

Francos - ASPEMOFF, com sede e foro no município Rebouças.”

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 635/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores da Água Mineral de Irati - estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 635/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara utilidade pública a Associação dos Agricultores e Produtores da Água Mineral de Irati - estado do Paraná, com sede e foro na cidade de Irati, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, com sede e foro no município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 638/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, com sede e foro no município de Umuarama.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por

estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a menção quanto a sede e o foro da mencionada associação que se pretende declarar de utilidade pública, conforme consta no respectivo estatuto. Ainda, deve ser suprimida do artigo 2º do presente projeto, a expressão “revogadas as disposições em contrário”, pois tal determinação fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, e assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 638/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Deficientes Físicos de Umuarama - ADEFIU, com sede e foro no município de Umuarama, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.09.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/07, de autoria do Deputado Teruo Kato, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Asshaías Felipe Assuane. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 109/07, de 11/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 664/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem como escopo conceder título de Cidadão

Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Asshaías Felipe Assuane.

Legitimidade

Dispõe a Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001, alterada pela Lei nº 14677, de 06 de abril de 2005:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do paraná e que satisfaça pelos menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou Benemérito, a sua escolha, por legislatura.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Benemérito, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. Ainda, verifica-se que, conforme documento anexo, a presente proposição encontra-se dentro da quota de 8 projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

Constitucionalidade

Ante o exposto, não há óbice quanto à correta aplicação da técnica legislativa e tampouco acerca da constitucionalidade do presente projeto.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com grande satisfação que apresentamos, aqui, um projeto de lei concedendo título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Asshaías Felipe, conhecido como Geraldo Felipe. O Sr. Geraldo

está em Paranavaí há mais de 50 anos, foi uma pessoa que contribuiu para o desenvolvimento da nossa cidade, foi um dos fundadores da Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, Diretor da Santa Casa, Diretor da Sociedade Rural, foi também um dos sócios das Casas Felipe, com quase 40 lojas em todo o estado e, atualmente, é proprietário de um grande empreendimento em Paranavaí, que contribui com o desenvolvimento de toda a região noroeste do Paraná.

O Sr. Geraldo é o Diretor-Presidente da Avícola Felipe, um abatedouro de frangos, que funciona de uma forma integrada, gerando mais de 1.600 empregos diretos e também mais 3 mil e 500 empregos indiretos. Abate atualmente mais de 100 mil frangos/dia, dos quais a maior parte é exportada para os Estados Unidos, Europa e Japão.

O Sr. Geraldo, hoje com 85 anos de idade, é uma referência como empresário, Líder Classista e com uma responsabilidade social muito grande, por tudo o que fez pelas entidades onde passou.

Por isso, meus companheiros, Deputadas e Deputados, peço o voto para a concessão desse título merecido ao Sr. Geraldo Felipe, um grande empresário, uma grande pessoa, um grande pai de família.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Apenas para me somar às colocações do nosso querido Deputado Estadual Teruo Kato, quanto ao título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Geraldo Felipe, da Avícola Felipe, em Paranavaí. Testemunho da honradez e do trabalho deste empresário.

Gostaria de parabenizar o Deputado Teruo Kato, por essa feliz iniciativa, e já parabenizar o futuro homenageado, porque tenho certeza absoluta, esta Assembléia não negará a ele um título meritório como este.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito à 1ª Secretária Cida Borghetti para que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quarenta e três Deputados votaram SIM.

Portanto, está aprovado por unanimidade o título de Cidadão Honorário ao Sr. Asshaías Felipe Assuane.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2907, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2909 e 2910, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2911, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2914, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2915 a 2917, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2919, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2920, 2921 e 2931, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2924, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2932, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 440, 537, 539 e 609/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 611, 620, 635, 638 e 664/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 332 e 540/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1643/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7099, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GILMAR SOARES, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1645/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6889, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JAIME HUMBERTO SANTORSULA MARTINS, para exercer cargo em Comissão, junto a Liderança do PSDB, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1646/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6980, datado de 10 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANTONIO DOS SANTOS SOARES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1647/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº

7310, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover TEREZINHA VERA VASQUEZ, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1648/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7330, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover IVAN SERAFIN BORGES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1649/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7095, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover JUSSARA MARIA BACH NOVAKOWSKI, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1650/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7094, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RODRIGO ROSSI, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1651/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7098, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GUSTAVO HENRIQUE MUSSI AUGUSTO, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1652/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7097, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover OSIRES JOSE GOUVEIA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1653/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7339, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ERNANI NEI KLEIN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elio Rusch, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1654/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7340, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VINICIUS APARECIDO MANZONI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Elio Rusch, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1655/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7331, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDNA MARA VEIGA ALVES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edgar Bueno, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1656/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7307, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ANA PAULA COSTA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1657/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7308, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARIA APARECIDA CARVALHO ROSEN, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1658/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7309, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover LEONEL DE OLIVEIRA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1659/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7111, datado de 12 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover FLAVIO BERTE DA COSTA JUNIOR, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1660/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7115, datado de 12 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover PAULO COUTINHO DA SILVA, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Pedro Ivo, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1661/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7112, datado de 12 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover RAFAEL HENRIQUE MENDONÇA, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1662/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7273, datado de 13 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover DANIEL SIQUEIRA RIBAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Felipe Lucas, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1663/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7268, datado de 13 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover EDSON MARLON OLIVEIRA DE CAMARGO, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1664/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7373, datado de 30 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARILENE STABEN JARDWESKI, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1665/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7272, datado de 13 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover KELI DAIAN DE MOURA MORAES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1666/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7349, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CARLOS ALBERTO TEODORO RODRIGUES, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1667/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7391, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GISELE ALVES DE SOUZA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1669/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7390, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover VICTOR LUIZ PEREIRA, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1670/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7389, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover HENRI SIRO EVRARD, para exercer cargo em Comissão, junto a 1ª Secretaria, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1671/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7374, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover ADACI SAROLI, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1672/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7375, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prover GUSTAVO BERLINCK DE T. MARCONDES RIBAS, para exercer cargo em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1750/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prover LUISA BERNARDI DE CAMUZZI, para exercer cargo em Comissão, junto a Presidência, a partir de 01 de março de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1716/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6898, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUCAS GIROTO CARDAMONI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Douglas Fabrício, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1717/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6910, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ROBERTO TETSUO NISHIMURA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1718/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6907, datado de 10 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, THIAGO TETSUO DE MOURA NISHIMURA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1719/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6899, datado de 19 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, REBECA FERREIRA RAMOS, do cargo em Comissão, da Liderança do PP, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1720/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7008, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SIMONE NOGUEIRA DE SOUZA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1721/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6870, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ADEMIR LEMES DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1722/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6871, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MIRIAN ANGELA STRAPASSON, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1723/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6875, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA LEMES DA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1724/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6872, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DANIELI ARTIGAS ANTONIA-COMI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1725/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6878, datado de 09 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, KARINY BERTOLIN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1726/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7294, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, BRUNNA RADICHEWSKI BATISTA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Nishimori, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1727/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7355, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, FREDERICO CARLOS DE CARVALHO ALVES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1728/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7354, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SOLENI MARIA VENCI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1729/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7386, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EDSON LUIZ CASAGRANDE, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ademair Traiano, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1730/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7010, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO PEREIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1731/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7009, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS ALVES DE LARA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Fábio Camargo, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1732/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7376, datado de 17 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, LAURO KAC, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Valdir Rossoni, a partir de 01 de julho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.07.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário